



A IMPORTÂNCIA DO IHGB PARA A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL E A IDEIA DE UMA NAÇÃO BRASILEIRA

Leonardo de Carvalho Alves¹, Adriana P. de Oliveira², Leonardo S. Correa³

¹ Discente de História na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG).
leonardocarv.alves@hotmail.com

² Discente de História na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG).
drikapatricia95@gmail.com

³ Discente de História na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG).
sousaleonardo0@gmail.com

Resumo - O presente trabalho visa mostrar a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a construção da identidade nacional. Instituição essa que se empenhara, desde o início da sua fundação, na busca de documentos históricos relacionados ao Brasil capazes, por sua vez, de elucidar os traçados da história brasileira, sendo responsável, ainda, pela exaltação de figuras que seriam tomadas pelos brasileiros como alguns dos primeiros heróis nacionais. Será destacado, também, o apoio do então imperador do Brasil, D. Pedro II, principal patrocinador do IHGB, bem como a atuação de Varnhagen na instituição, tido como o “Heródoto brasileiro” por ter sido um dos primeiros estudiosos a tratar de uma história documentada brasileira e autor de “História Geral do Brasil”, obra pioneira que buscava engrandecer a nação brasileira e criar certo “nacionalismo” acerca do Brasil.

Palavras-chave: Identidade Nacional; IHGB; Memória Brasileira; Varnhagen.

Área do Conhecimento: História do Brasil

INTRODUÇÃO

Assim como propõem muitos historiadores, a exemplo do célebre Marc Bloch (2001), a história não consiste de um apanhado de fatos e eventos isolados e mortos, sendo o estudo do passado muito importante para a obtenção de um conhecimento mais amplo da realidade presente. Neste sentido, para se estudar um determinado problema faz-se extremamente necessário saber, pelo menos o básico, sobre o que desencadeou as mudanças que culminaram na atual realidade.

Partindo da premissa anteriormente explicada, objetiva-se, com este trabalho, destinado a leigos e entendedores, uma breve explicação a respeito de alguns dos eventos que tiveram grande influência para a construção da Memória Nacional e da ideia de nação brasileira, auxiliando, portando, a responder a questão central aqui exposta: qual a importância da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a formação da memória brasileira e como isso ajudou na formação de uma nação brasileira?

Primeiramente, para responder tal problema, há de ser dito, com base em Lucia Maria Paschoal Guimarães (2001), que o Brasil, mesmo após obter sua independência oficialmente em 1822, não se desligara por completo da metrópole portuguesa, tendo mantido por muitos anos ainda muitos elementos culturais do império português,

ao contrário de outros territórios americanos que, ao se emanciparem de suas metrópoles, tiveram como um dos primeiros passos o rompimento político com a estrutura político-administrativa metropolitana. Nas ex-colônias das Américas Inglesa e Espanhola ocorrera, por exemplo, com a conquista da emancipação política, a ascensão das elites locais ao poder e a adoção, já de início, de um sistema político republicano, enquanto no Império do Brasil continuava a governar um português, herdeiro do trono de Portugal, que mantivera a monarquia como forma de governo, levando o Brasil a ser visto não como uma nova nação, mas como um herdeiro do império português e sua cultura.

José Carlos Reis (2007) e Lucia M. P. Guimarães (2001) explicam que com o surgimento do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1838 na cidade do Rio de Janeiro, a memória brasileira começa, enfim, a surgir, o que é algo importante para que um território se reconheça como nação, uma vez que, segundo Benedict Anderson (1989), uma nação se forma a partir do momento em que uma parte da comunidade, com base no que as pessoas que a integram possuem em comum, no caso a memória nacional própria, se vincula em um território limitado e soberano mediante sua origem, língua e cultura, sendo uma “nação” uma comunidade

limitada e soberana imaginária onde as pessoas se reconhecem pelas semelhanças.

Segundo Reis (2007) e Guimarães (2001) o IHGB, financiado pelo próprio imperador D. Pedro II, enviou inúmeros estudiosos ao exterior a fim de reunir documentos relevantes que tratavam da América Portuguesa para que se pudesse conhecer e escrever, enfim, a história e geografia do Brasil, tendo os sócios-pesquisadores, posteriormente, a pedido do monarca, começado a priorizar os fatos políticos e militares referentes aos sucessos do governo. Isso, pois Dom Pedro II começara a se preocupar com o rumo da História brasileira, ainda presa ao império português, e, também, com o legado de seu reinado. Surgem, então, os primeiros grandes heróis brasileiros, também lembrados e exaltados pelo IHGB. Heróis como o estadista e militar Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Assim, como crê Lucia Maria P. Guimarães (2001), o IHGB cria as condições para formação da Memória Nacional e ideia de nação brasileira, bem como os primeiros moldes da historiografia brasileira, tornando-se responsável, de certo modo, pela gênese da historiografia brasileira.

VARNHAGEN: A COLONIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DO NACIONALISMO BRASILEIRO

“A nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro.” (REIS, 2007, p.25). Assim o IHGB vai se ocupar de documentar a história do Brasil, procurando eternizar os grandes acontecimentos históricos da nação, relembrando seus heróis. Seria no primeiro momento, segundo José Carlos Reis (2007), uma história, de certa forma, biográfica, já que visava exaltar os grandes nomes de luso-brasileiros que seriam o modelo para a nação.

Também geograficamente havia muito que se fazer pelo território. Era necessário estabelecer seus limites territoriais, documentar sua fauna e flora, o relevo a hidrografia e o clima. Tudo isso serviria não apenas para se conhecer melhor o território, mas também para engrandecê-lo ressaltando suas várias qualidades positivas.

Em 1840 foi lançado, então, um prêmio que seria dado ao elaborador do melhor plano para a escrita da história brasileira. O ganhador foi o botânico alemão Karl Philipp von Martius que vai ressaltar a identidade brasileira na mistura de raças, exaltando o português, colocando o indígena em segundo plano e abordando apenas superficialmente o negro. Ele propunha em seu plano que aquele ao qual fosse designada a missão de escrever a história do Brasil deveria antes conhecer suas províncias, visitando-as a fim

de encontrar entre as mesmas, pontos em comum, já que as divergências entre as mesmas eram bastante explícitas e o que se desejava nesse momento era unificar o império e não seria exaltando as diferenças que isso seria conquistado.

Eis a história de que o Brasil recém-independente precisava [...] Uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e à fragmentação; isto é abortaria o Brasil que lutava para se constituir como poderosa nação. (REIS, 2007, p.28)

Francisco Adolfo de Varnhagen será o executor desse plano proposto por Von Martius. Varnhagen era patriota, tinha grande amor pelo Brasil e também era muito fiel à família real, chegando a representar a Coroa em muitos países não só na América, mas também na Europa. Sua obra “História Geral do Brasil” (HGB) vai descrever os animais, os frutos e as pessoas que habitavam o Brasil quando se deu a descoberta do mesmo pelo europeu que se deslumbra com o desconhecido. Inclusive os costumes indígenas serão reprovados por Varnhagen, que tem estes como bárbaros por sua cultura diversa daquela que possuía o colonizador. Na visão de Varnhagen, os nativos “possuíam vários vícios: a hostilidade, a antropofagia, a sodomia, a vingança, comiam terra e barro.” (REIS, 2007, p.36).

Mas para salvar esses selvagens chega o europeu trazendo consigo a civilização através da religião e da imposição de sua cultura aos nativos. A selvageria do índio era considerada uma “vergonha” e, para Varnhagen, a história do Brasil não poderia ter suas raízes ali. Assim, Vasco da Gama e Pedro Álvares de Cabral tornam-se os primeiros heróis brasileiros na HGB.

Com relação à ocupação do território, Reis (2007) expõe que esta ocorreu pela pressão sob a Coroa Portuguesa oriunda do medo de que outros países invadissem sua colônia no “Novo Mundo”, Portugal, então, viu-se obrigado a povoar a colônia, dividindo-a em capitanias a fim de que ela pudesse ser mais bem administrada por donatários, indivíduos de confiança do rei que se responsabilizariam pela proteção e produção das faixas de terras coloniais a eles concedidas. Segundo Reis (2007, p.40), Varnhagen afirmava que, em sua capitania, um donatário tinha inúmeros direitos, sendo comparado a um “rei menor” submisso ao Império Português. Francisco Adolfo de Varnhagen chega a dizer, dada a essa política de concessão de poderes políticos que Portugal adotara no Brasil colonial, que a

independência brasileira aparentava ter sido reconhecida antes mesmo da metrópole colonizar as terras brasileiras.

Varnhagen portava uma visão positiva e defensora do Império português diante da colonização do Brasil. Extremamente defensor de Portugal, ele vai afirmar as vantagens de todas as medidas tomadas pelos colonizadores, e quando isso não for possível, ele buscará justificá-las. O próprio fato da dizimação de boa parte dos indígenas que habitavam o território brasileiro não se dá pelo extermínio dos mesmos segundo o historiador, mas, sim, pelo resultado do cruzamento excessivo entre os nativos e seus conquistadores.

No que se refere aos negros, Varnhagen afirma que foi desnecessária a vinda destes como escravos para o Brasil. Segundo ele, se os jesuítas tivessem “mimado” menos os indígenas e as condições de trabalho impostas aos mesmos não os tivesse exaurido tanto, eles teriam fornecido a mão de obra necessária ao crescimento da colônia, que posteriormente se tornaria nação independente. A esperança do historiador era que os traços africanos desaparecessem com a miscigenação. De qualquer forma, para ele, o negro habitante do Brasil ainda era melhor que o da África, pois ganhara uma religião.

Já a respeito da independência, Brasil e Portugal serão colocados como aliados. Serão apresentadas defesas à Coroa com relação às atitudes tomadas por essa que desfavoreciam os brasileiros, a responsabilidade de tais atos recai sobre os governantes locais. Às tentativas de independências regionais Varnhagen questiona como seria se estas tivessem de fato se consolidado (como no caso da Inconfidência Mineira, que culminou na morte de Tiradentes) afinal uma república “encravada” no meio do império poderia levar a outras divisões do território. Dessa forma, esse discurso será utilizado para legitimar as ações do rei, que seriam para o bem da nação.

José Carlos Reis (2007) expõe, ainda, alguns críticos da obra de Varnhagen, como J.H. Rodrigues, N. Odália e Capistrano de Abreu. Cada um, à sua maneira, busca ressaltar os pontos positivos e negativos da HGB, Rodrigues afirma a grandiosidade de Varnhagen e a discordância por parte deste a algumas ideias que sondavam o IHGB, instituto ao qual estava vinculado. Já N. Odália encara a História Geral do Brasil como um livro que “[...] Deverá ser lido somente como o testemunho valioso de uma época.” (REIS, 2007, p. 29). Porém admite que os temas colocados pelo autor da obra serão abordados posteriormente pela historiografia até por volta de 1930. Enquanto Capistrano de Abreu critica a uniformidade e a

repetição dos fatos, além de ressaltar que Varnhagen não dava muito destaque às rebeliões, exaltando, na escrita da história nacional, alguns fatos e colocando outros em segundo plano. Havia descrição em sua história, mas não construção de teorias a respeito daquilo que estava sendo documentado.

O patriotismo do autor em questão também é analisado como parcial, já que engrandecia as elites brancas e a família real, como afirma o próprio José Carlos Reis (2007). No entanto, Varnhagen deve ser criticado e analisado, levando-se em consideração a época e os ideais (principalmente das elites nacionais) que estavam em alta no período de produção de sua obra, pois até mesmo para se discordar da lógica do historiador é preciso conhecê-lo e compreender seu contexto de produção.

Imagem 01

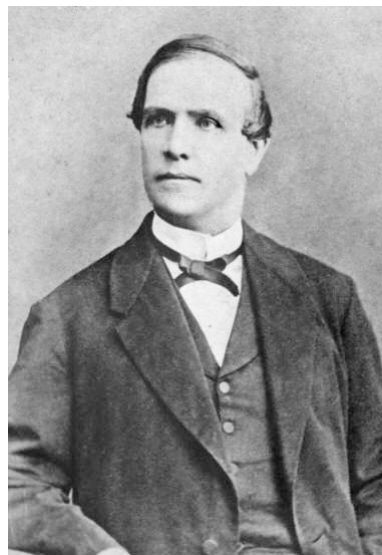


Imagem 01: Retrato de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Fonte: Wikipédia

A IMPORTÂNCIA DO IHGB PARA A FORMAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL E A IDEIA DE UMA NAÇÃO BRASILEIRA

Para certos estudos a história brasileira já era existente mesmo antes da chegada dos colonizadores portugueses, afinal de contas homens já agiam como agentes modificadores no que hoje vem a ser o território brasileiro. Sim, de certo modo, tal tese não deixa de ser coerente, afinal de contas, como ressaltara o célebre historiador francês Marc Bloch (2001), a história se trata do estudo da ação dos homens no tempo, havendo história, portanto, onde quer que haja

seres humanos. O que se debate, neste trabalho, entretanto, não é a origem da história geral, mas, sim, da memória e da historiografia originalmente brasileiras, o que não existiu, de fato, como evidenciam autores como Guimarães (2001) e Reis (2007), até a fundação do IHGB, em 1838, quando, então, estudiosos se empenharam a reunir documentos que tratavam do passado e presente do Império brasileiro, buscando, com isso, construir uma história brasileira emancipada da de Portugal, Estado a que já pertencera o Brasil.

No texto “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”, Lucia Maria P. Guimarães (2001) elucida que o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) foi extremamente importante para a formação da identidade e memória nacional, pois fora o instituto, sob o patrocínio de D. Pedro II, o grande responsável por enviar inúmeros estudiosos ao exterior a fim de reunir documentos relevantes que tratavam da América Portuguesa para que se pudesse conhecer e escrever, enfim, a história e geografia do Brasil, independente oficialmente desde 1822. Dentre esses estudiosos destacaram-se Francisco Adolfo de Varnhagen, Gonçalves Dias e Joaquim Caetano da Silva.

Em outubro de 1838, na cidade do Rio de Janeiro, fora criado, segundo Guimarães (2001), por um grupo de políticos e intelectuais da Corte do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja criação destinava-se a investigar, reunir, metodizar, arquivar e publicar documentos úteis à escrita da história do Brasil. Teve início, assim, a construção da Memória Nacional, como definira Pierre Nora, evidencia Lucia Maria P. Guimarães (2001).

[...] isto é, (...) a constituição gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar. (GUIMARÃES, 2001, p. 267)

Lucia M. P. Guimarães (2001) mostra, ainda, que o IHGB fora patrocinado pelo segundo imperador do Brasil, D. Pedro II, governante tido como “um intelectual, apreciador da ciência, das artes e da liberdade de informação e como homem tolerante, aberto ao diálogo e às transformações da vida social”¹. Contava também, relata a autora,

¹NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. “Pedro II do Brasil”. In: **Barsa CD v. 1.11** – Internet. Produto da Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Rio de Janeiro: Software desenvolvido pela Lexikon informática LTDA. 1999. CD-ROM.

com uma relação de intercâmbio com respeitadas instituições de pesquisa por todo o mundo, sendo o “Smithsonian Institution” de Washington e o “Instituto Histórico de Paris” algumas dessas instituições. Desse modo, portanto, tornou-se possível coletar e divulgar expressivo conjunto de fontes do período colonial, utilizando-se, principalmente, consultas às biografias de brasileiros ilustres, cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos, relatos sobre os costumes e a cultura indígena, descrições a respeito das atividades comerciais das províncias e dados geográficos existentes, tais como: rios, montanhas, dados populacionais, portos e estradas existentes.

Nem todas as pesquisas relacionadas ao IHGB eram publicadas, assim como os documentos obtidos ao longo das pesquisas. Alguns dados eram censurados. Isso, pois era conveniente às classes políticas e ao próprio Império que alguns itens e informações não se tornassem públicos por representarem riscos à monarquia, patrocinadora principal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, também, à imagem de sócios do IHGB e demais figurões importantes, sendo muitos deles políticos, como evidenciara Guimarães (2001) ao expor, em “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”, que dos vinte e sete membros fundadores, catorze eram políticos de renome², tendo eles iniciado suas carreiras por ocasião de episódios como a Independência do Brasil e a abdicação do primeiro imperador do país, D. Pedro I.

Tabela 01

Relação dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)
1. Alexandre Maria de Mariz Sarmiento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro.
2. Antônio Alves da Silva Pinto, advogado.
3. Antônio J. de P. G. de Andrada, chefe da Secretaria dos Negócios do Império.
4. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba.
5. Bento da Silva Lisboa, mais tarde barão de Cairú.
6. Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape.
7. Cândido José de Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí.
8. Conrado Jacob de Niemeyer, militar e geógrafo.

² Ver tabela 01.

9. Emílio Joaquim da Silva Maia, professor do Colégio Pedro II.
10. Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, visconde de Jerumirim.
11. Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha.
12. Inácio Alves Pinto de Almeida, Secretário da Junta de Comércio.
13. Januário da Cunha Barbosa, cônego.
14. João Fernandes Tavares, mais tarde visconde da Ponte Ferreira.
15. Joaquim Caetano da Silva, professor do Colégio Pedro II.
16. Joaquim Francisco Viana, bacharel em matemática.
17. José Antônio Lisboa, deputado da Junta de Comércio.
18. José Antônio da Silva Maia, político e procurador da Coroa.
19. José Clemente Pereira, político.
20. José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo.
21. José Lino de Moura, contador da Caixa de Amortização.
22. José Marcelino da Rocha Cabral, advogado.
23. José Silvestre Rebelo, negociante.
24. Pedro de Alcântara Bellegarde, militar, diretor da Academia Militar.
25. Raimundo José da Cunha Matos, marechal de campo.
26. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, desembargador e diplomata.
27. Tomé Maria da Fonseca e Silva, administrador da Recebedoria do Município.

Fonte: Dados retirados do site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contidos em “resenha histórica”.

Nota: Dados adaptados pelos autores.

Como relata também Lucia M. P. Guimarães (2001), fora criado pelo sócio Francisco Freire Allemão a “arca do sigilo”, um cofre destinado a arquivar os documentos enviados ao IHGB, sendo esses lacrados em cartas a serem abertas apenas no tempo determinado pelo autor da documentação.

Visto o forte caráter monarquista do IHGB e dos membros que o integrava, evidenciado por Guimarães (2001) e Reis (2007), fica mais bem entendido o modo como tivera início a construção da consciência de nação na mentalidade dos brasileiros, que, por sua vez surgira, após a proclamação da independência (1822), mais especificamente com o surgimento do IHGB (1838) e sua missão de tecer a Memória Nacional

em cima da ideia do Brasil independente como um legítimo herdeiro do império português e sua cultura. O que, de fato, faz bastante sentido, uma vez que o Brasil mantivera, mesmo após a emancipação política de Portugal, muitos elementos tradicionais da monarquia portuguesa, a exemplo da língua e, principalmente, da ascensão de um governante português, sucessor legítimo ao trono de Portugal, ao trono brasileiro, enquanto nas independências de outras partes da América ocorrera inicialmente o rompimento com a política da metrópole e o ascender das elites locais ao poder.

Como o tempo, D. Pedro II, um governante nascido no Brasil, começou a se preocupar com o rumo da história brasileira, tendo ele, assim, como mostra Lucia Maria P. Guimarães (2001), solicitado que os associados do IHGB se atentassem não apenas em exaltar o passado através da reunião de trabalhos de gerações de outrora, mas também a escrever a história de seu reinado, um governo regido por um imperador descendente da monarquia portuguesa nascido no Brasil e não em Portugal. Assim recomendado pelo imperador e patrono do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os sócios-pesquisadores começaram a priorizar os fatos políticos e militares referentes aos sucessos do governo. Fatos esses que deram origem a grandes heróis brasileiros, também lembrados e exaltados pelo IHGB. Heróis como o estadista e militar Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, afamado por, em tempos de enorme instabilidade política do regime monárquico, sufocar insurreições como a “Balaiaida” e a “Farroupilha”.

Em se tratando do uso dos documentos reunidos pelo IHGB, há de se ressaltar que fora traçado um projeto político que, obviamente, favorecia o imperador Dom Pedro II, que, em seus discursos, evidenciava sua preocupação com a visão da posteridade a respeito de seu governo, tendo muitas informações sido descartadas e perdidas, simplesmente por serem negativas a imagem do Império, desviando a missão dos sociofundadores do IHGB, antes focada na escrita da história brasileira, para a forja de uma história nacional, não demonstrando qualquer preocupação com a periculosidade dos trabalhos históricos, capazes, como exposto por Eric Hobsbawm (1998), de gerar distorções no entendimento de fatos que ocorreram no passado ou que ocorrem no presente.

De acordo com Lucia Maria Paschoal Guimarães (2001), fatos do passado passaram por uma seleção prévia para determinar quais constituiriam as memórias brasileiras. Essas medidas tomadas pelos intelectuais do IHGB acabaram por construir uma linha historiográfica particular, afinal quando se está escrevendo sobre

si próprio a tendência é que se faça exaltar as vitórias e dar menor importância às derrotas. “[...] Pouco a pouco, porém, o critério de seleção dos fatos começaria a se alterar, vindo a prevalecer episódios de caráter político, especialmente os que se referiam aos sucessos do governo [...]” (GUIMARÃES, 2001, p. 273).

Enfim, após tudo o que aqui fora exposto, fica evidente a enorme importância do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) para a construção da Memória Nacional do Brasil, afinal de contas o instituto patrocinado pelo imperador D. Pedro II não fora importante apenas para a busca e obtenção de documentos relacionados ao passado colonial do Brasil, mas também para a escrita da história do Segundo Reinado, criação dos primeiros moldes da produção historiográfica brasileira e, de certo modo, para o surgimento das ideias de nação e nacionalidade na mentalidade dos brasileiros.

O IHGB E O SURGIMENTO DA IDEIA DE NAÇÃO NO BRASIL

Após a Segunda Guerra Mundial embates ocorreram até mesmo entre países que compartilhavam ideologias político-econômicas semelhantes, fato evidenciado por Benedict Anderson em “Nação e consciência nacional” ao citar os confrontos entre Vietnã, Camboja e China. Ambos, adeptos do regime marxista. A razão disso, por sua vez, é tida por muitos estudiosos, a exemplo de Anderson, como o produto da consciência de uma ideia de nação e do surgimento de um sentimento de nacionalismo. Conceitos esses de nação, nacionalidade e nacionalismo fortemente relacionados às questões políticas, sociais, territoriais, culturais e, é claro a interesses pessoas também, sendo assim bastante complexos de serem definidos cientificamente, apesar de serem tão influentes na construção do mundo moderno que resultara no contemporâneo.

Visto o que fora dito anteriormente a respeito da dificuldade de se definir cientificamente os termos “nação” e “nacionalismo”, Benedict Anderson tenta, então, dar uma definição para “nação” como sendo uma comunidade política limitada e soberana imaginária, pois não há como existir, nem mesmo nas menores nações, uma comunhão absoluta onde os as pessoas conheçam e interajam com todos os seus compatriotas. Ou seja, segundo Anderson (1989), haverá sempre desigualdade e exploração. Uma nação passa a existir, assim, na ideia de Seton-Watson, a partir do momento em que uma parte significativa da população de uma comunidade imagina que está a construir ou que construiu uma nação, na qual, nos dizeres de Ernest Renan, as

pessoas tenham muito em comum após esquecerem muitas outras coisas. Por conta disso, esse sentimento denominado nacionalismo, responsável por vincular as pessoas de um território limitado mediante as suas origens, semelhanças linguísticas e costumes, é, para Ernest Gellner, relata Anderson (1989), algo que não cria, necessariamente, uma autoconsciência, mas, sim, nações onde elas não existem de fato. O Brasil, por exemplo, tornou-se soberano após obter sua independência política, mas continuou a ser visto, até pelos próprios brasileiros, como um herdeiro das tradições portuguesas. Uma continuação do império português. Nessa lógica, o Brasil não deveria ter sido reconhecido como uma nova nação, e sim como parte de Portugal. Sem falar que se semelhanças bastassem para criar nações o Brasil dificilmente poderia ser visto como uma, já que é um país bastante heterogêneo culturalmente e etnicamente.

Por fim, ao debater sobre as características da ideia de nação, ou seja, do modo com que é imaginada uma nação, de forma limitada e soberana, Benedict Anderson (1989) explana que o limitada se deve ao fato ela possuir fronteiras, sendo, basicamente, utópico que uma comunidade abranja totalmente a humanidade. Já a caracterização como soberana remonta à disseminação dos ideais iluministas pela Europa e às revoluções que deles se originaram, tais como as revoluções Francesa (França) e Industrial (Inglaterra), responsáveis por instaurar o desejo de liberdade nas nações.

Mas, afinal de contas, o que tudo isso tem a ver com o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e com a ideia do Brasil como nação?

Simples, como exposto anteriormente uma nação se forma a partir do momento em que uma parte da comunidade, com base no que as pessoas que a integram possuem em comum, se vincula em um território limitado e soberano mediante sua origem, língua e cultura. Algo que não ocorrera no Brasil após a proclamação oficial de sua independência, em 1822, uma vez que o Brasil continuava preso às tradições portuguesas, a exemplo do idioma e do sistema político que continuaram, por muito tempo, os mesmos dos tempos do império português. Sem falar na própria memória nacional e história brasileira, nascidas para muitos estudiosos com a criação do IHGB, em 1838, e tidas por quase todo o período imperial brasileiro, como “herdeiras” das de Portugal. Fato que o próprio IHGB e seus associados mudaram aos poucos por recomendações do patrocinador e primeiro monarca nascido no Brasil, D. Pedro II, que solicitara dos sócios do instituto a escrita da história de seu reinado. O que fora feito enfatizando os grandes feitos militares e políticos, que citavam, por sua vez, alguns dos primeiros

heróis nacionais, como, por exemplo, o estadista e político Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, afamado por garantir a ordem em um momento de instabilidade do regime monárquico o qual os intelectuais do IHGB denominam como a “mocidade do país”, sendo a ordem alcançada após o período de revoltas a “fase adulta” do Império. Relata Lucia Maria P. Guimarães (2001).

METODOLOGIA

Por meio de pesquisas bibliográficas de abordagem qualitativa e descritiva, ou seja, da leitura, análise crítica e interpretação de diversas obras de respeitados estudiosos, pretende-se, aqui, como objetivo principal, a obtenção de um melhor entendimento a respeito da enorme importância que tivera o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a construção da memória brasileira e surgimento de uma ideia de nação brasileira.

Para tal finalidade, parte-se, então, da ideia da “nova história”, desenvolvida por Marc Bloch e pelos *Annales*, de que o passado influencia fortemente na realidade presente, tendo a busca dos pesquisadores sócio-fundadores do IHGB pelo passado brasileiro documentado, sob patrocínio do próprio imperador D. Pedro II, sido essencial para a trajetória de construção da memória nacional e visão de um Brasil nação, ou seja, soberano e portador de uma identidade cultural particular, e não mais mero herdeiro e parte do império português como fora visto outrora, mesmo depois de obter sua independência política em 1822.

Um pouco das histórias da mentalidade e da cultura serão, também, trabalhadas ao longo deste trabalho, uma vez que o mesmo abordará bastante a trajetória da mentalidade e cultura brasileira, desde a fase em que foram tidas como partes continuadas das de Portugal até o surgimento do IHGB, em 1838, um dos grandes responsáveis pela criação dos primeiros moldes historiográficos brasileiros, pelo surgimento da ideia de uma nação brasileira embasada por uma memória nacional própria e, ainda, pela retratação e exaltação de heróis brasileiros genuínos e seus feitos, inicialmente, associados aos sucessos políticos e militares do governo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As províncias do Império do Brasil apresentavam muito mais pontos divergentes do que convergentes, sendo sua identidade cultural, ainda, presa a de sua antiga metrópole, Portugal. Fora preciso, porém, na tentativa de impor o Estado brasileiro no cenário internacional como um país emancipado e independente do Império

Português, criar uma identidade verdadeiramente nacional. Assim, necessário fora sufocar alguns fatos e engrandecer outros, especialmente os que engrandeciam o os sucessos do Império e de seus regentes, principalmente os do reinado de D. Pedro II, já que o mesmo era o grande mecenas do IHGB, uma organização fundada em 1838 focada na construção da História e Geografia do Brasil, que apesar de mostrar, inicialmente, uma visão do colonizador europeu, daria ao Brasil sua história documentada e primeiros métodos historiográficos, dando início à gênese da historiografia brasileira e de uma memória nacional emancipada da portuguesa.

Há de se ressaltar que a independência da memória brasileira da do Império de Portugal, visada pelo IHGB e seus sócio-fundadores, fora um processo iniciado por uma elite branca e pelo próprio governo imperial, não havendo, a princípio, uma preocupação em expor indígenas e negros como agentes importantes no cenário histórico nacional, deixando-os como meros coadjuvantes. Tal fato, entretanto, não tira os méritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), afinal de contas, a instituição tivera uma importância extrema para a construção de uma identidade brasileira, requisito esse que, de acordo com Benedict Anderson (1989), se faz indispensável para a construção das ideias de “nação” e “nacionalismo”, já que, para o autor, uma “nação” se resume, basicamente, a uma comunidade soberana limitada por um território com fronteiras bem definidas e pela capacidade, mesmo que imaginária, de as pessoas que ali vivem se reconhecerem como semelhantes mediante aquilo que possuem em comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. In.: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001. p. 265-285.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IHGB. “Os Sócios Fundadores”. In: **Resenha Histórica**. [Online]. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/ihgb23.php>. Acesso em: 5/12/2014
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2007.